



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2012. (Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame)

Solicita ao Ilustríssimo Senhor Ministro de Estado do Esporte, Senhor Aldo Rebelo, informações sobre a existência e andamento de investigações ou procedimentos acerca dos fatos noticiados que ensejaram a saída do Senhor Orlando Silva do Ministério.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 115, inciso I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado do Esporte as informações abaixo elencadas, sobre a existência e andamento de investigações ou procedimentos para apurar os fatos noticiados que ensejaram a saída do Senhor Orlando Silva desse Ministério.

1. Que procedimentos administrativos foram abertos, indicando o respectivo número e o resultado do processo ou a fase em que se encontram, para apurar as denúncias veiculadas pelo Jornal "O Estado de São Paulo" sobre o então Ministro do Esporte, Orlando Silva, acusado de ter favorecido diversas ONG's ligadas ao PCdoB e de ter desviado valores que jamais chegaram a ser utilizados com a finalidade prevista no Projeto Segundo Tempo.
2. Que providências administrativas foram efetivamente tomadas com relação aos envolvidos vinculados ao Ministério e com relação à devolução de valores eventualmente desviados ou indevidamente apropriados.
3. Que medidas foram adotadas para ampliar a transparência e aperfeiçoar os mecanismos de controle, objetivando evitar a repetição dos atos de corrupção.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO

Em 19 de fevereiro de 2011, o site do Jornal “O Estado de São Paulo”, publicou denúncia com o seguinte teor: “cercado por fraudes, Segundo Tempo turbina caixa e políticos do PC do B”.

Além da chamada, o corpo da reportagem deixava bem claro que havia graves problemas na gestão do então Ministro à frente do Ministério do Esporte, como se pode verificar da leitura do texto então publicado: “Projeto do Ministério do Esporte só em 2010 distribuiu R\$ 30 milhões a ONGs de dirigentes e aliados do partido; ‘Estado’ percorreu núcleos esportivos no DF, GO, PI, SP e SC e flagrou convênios com entidades de fachada, situações precárias e de abandono. Em reportagens feitas pelo Estadão, foram noticiadas denúncias contra o então Ministro Orlando Silva, que representava o PCdoB no governo, mostrando que um projeto do Ministério do Esporte distribuiu R\$ 30 milhões a ONGs de dirigentes e aliados do partido, só em 2010. A reportagem do Estadão percorreu núcleos esportivos em Brasília, Goiás, Piauí, São Paulo e Santa Catarina, flagrando convênios com entidades de fachada, situações precárias e de abandono.”

É preocupante ler que a reportagem visitou os locais onde deveriam estar sendo aplicados os recursos e verificou a existência de entidades de fachada que recebiam o dinheiro do projeto e no lugar dos tais projetos havia apenas núcleos esportivos fantasmas, abandonados ou em precárias condições. Nos terrenos onde deveria haver quadras esportivas, o mato alto e o lixo tomavam conta. Não havia os prometidos uniformes, muito menos calçados, além de haver desvio de merenda ou mercadoria com prazo de validade vencido.

Se o Projeto Segundo Tempo era descrito no site do próprio Ministério “como um programa de “inclusão social” e “desenvolvimento integral do homem”. Tem como prioridade atuar em áreas “de risco e vulnerabilidade social”, criando núcleos esportivos para oferecer a crianças e jovens carentes a prática esportiva após o turno escolar e também nas férias”, a realidade era totalmente diferente e chocante.

Apenas como exemplo, pode ser citado o que foi apurado pela reportagem: “Em Goiás, onde deveria estar instalado um núcleo cadastrado na cidade do Novo Gama, o que existe é apenas um terreno baldio. Cerca de 2,2 mil crianças deixaram de ser assistidas na cidade por uma entidade-fantasma sem fins lucrativos. No Novo Gama, embora o programa Segundo Tempo seja só



CÂMARA DOS DEPUTADOS

promessa, na última campanha eleitoral o projeto foi usado como realidade pelo vice-presidente do PCdoB do DF, Apolinário Rebelo.”

As verbas do programa Segundo Tempo deveriam ser usadas para criar 590 núcleos de prática esportiva e beneficiar 60 mil crianças carentes.

Tais denúncias levaram ao afastamento do então Ministro, Orlando Silva.

Diante de todo o exposto, gostaríamos de salientar que não basta a perda de quaisquer cargos, mas faz-se necessária a apuração de todo o ocorrido, a persecução dos valores desviados, a devolução dos montantes e a responsabilização dos agentes.

Não é aceitável que apenas se perca uma posição nos quadros governamentais em retribuição por desvio de verbas públicas. Portanto, a sociedade espera a apuração de todos os fatos e, em se constatando a ocorrência de ilícito, a consequente punição dos agentes envolvidos.

Nosso país não pode mais ficar apenas assistindo a denúncias sem fim sobre corrupção sem ser dada à população convincente explicação sobre o ocorrido, bem como sendo exemplarmente punidos os envolvidos. De tal maneira, aguardamos, pois, o atendimento aos nossos questionamentos.

Sala das Sessões, em de abril de 2012.

Deputado **ANTONIO CARLOS MENDES THAME**
Líder da Minoria da Câmara dos Deputados
PSDB-SP